

# **Execução Fiscal**

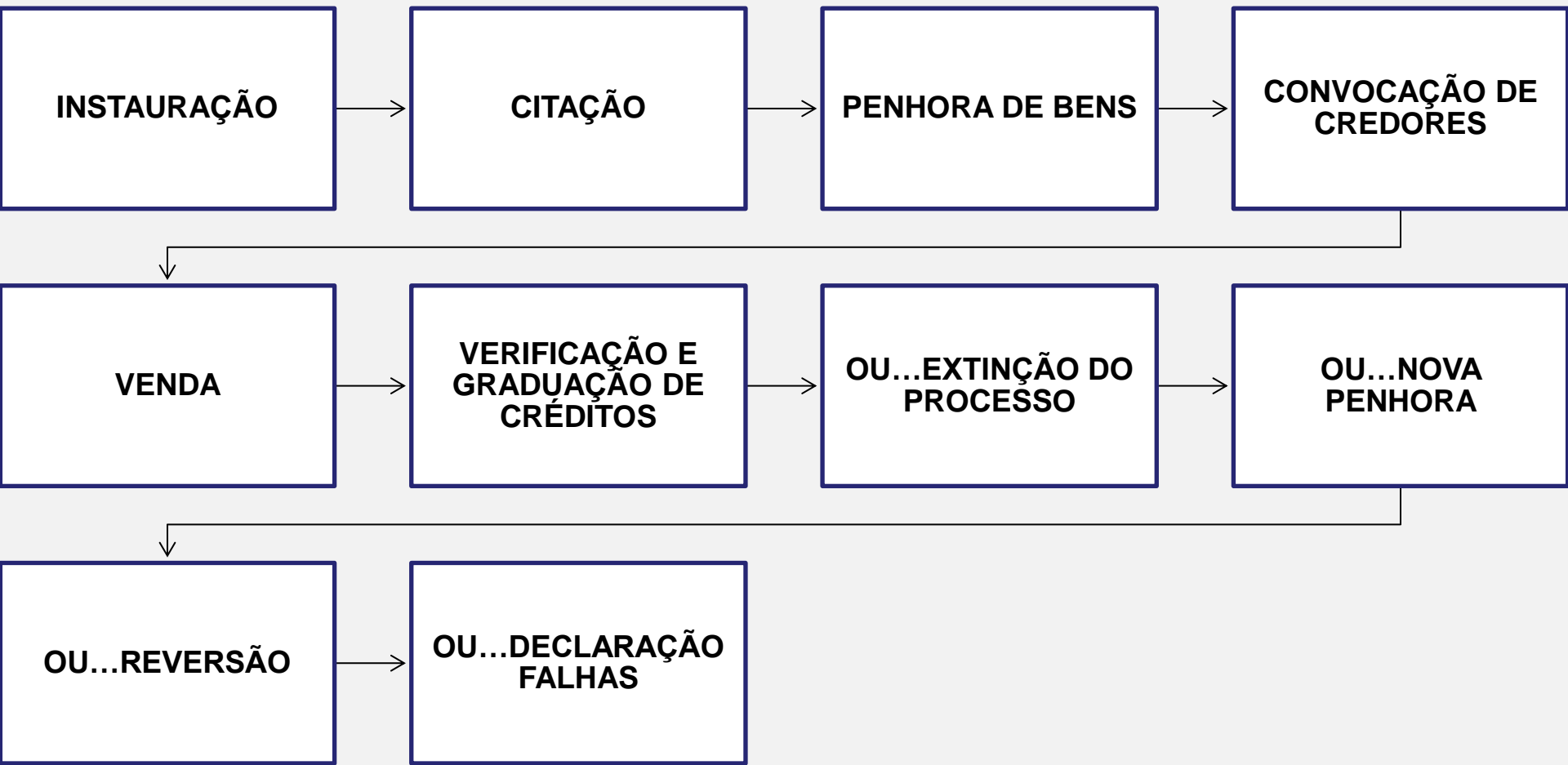
## **Ação de Formação Contínua Tipo B**

**CEJ · 15 e 16 de março de 2018**

- 1. ESTRUTURA BÁSICA DE TRAMITAÇÃO DO PEF**
- 2. ENQUADRAMENTO**
- 3. COMPETÊNCIA**
- 4. A ORIGEM DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL**
- 5. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES**

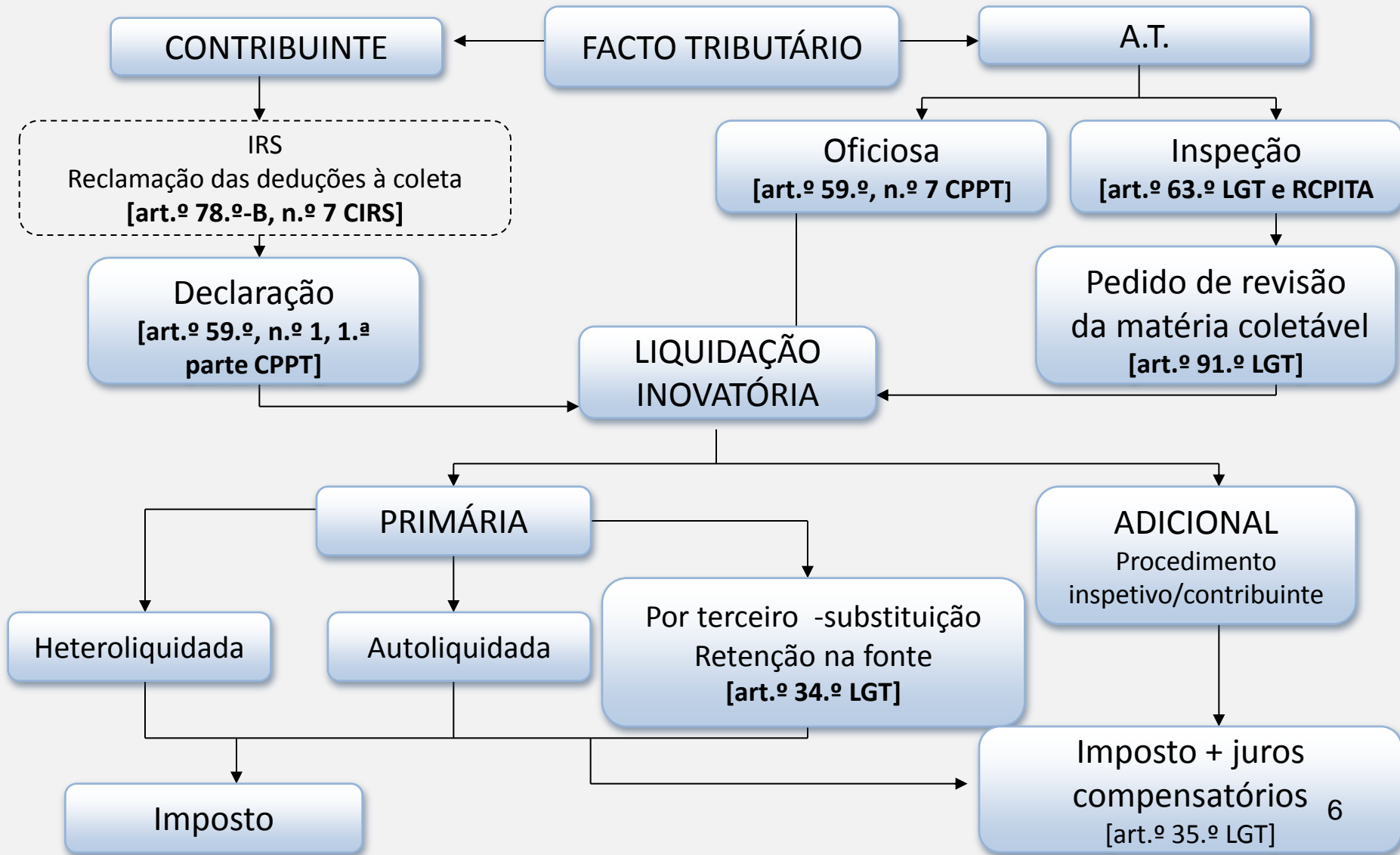
# **ESTRUTURA BÁSICA DE TRAMITAÇÃO DO PEF**

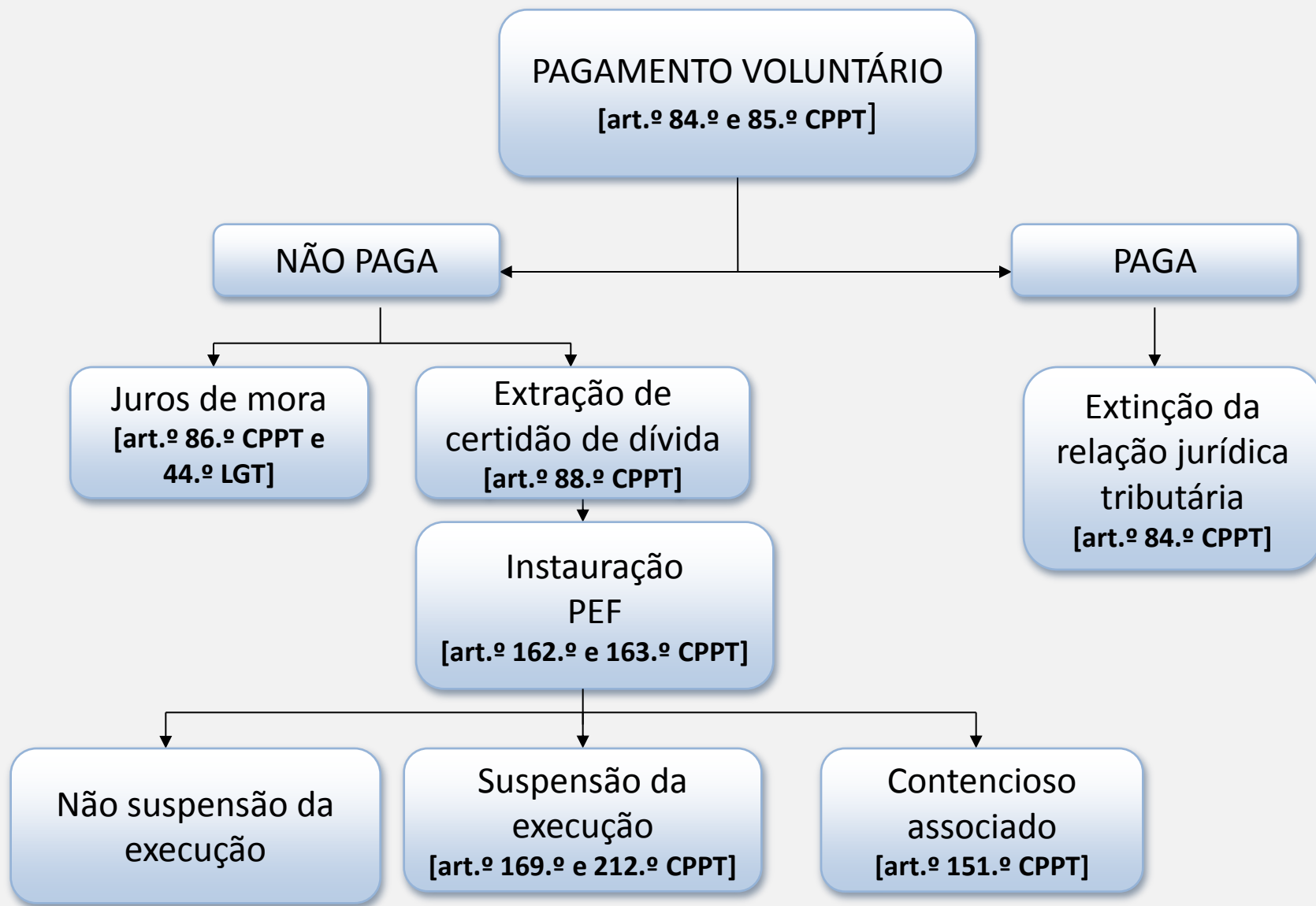
# Estrutura básica da tramitação do PEF



# ENQUADRAMENTO

# ENQUADRAMENTO





# ENQUADRAMENTO

## Natureza Judicial

Não se aplicam as regras do procedimento

Atos contestados jurisdicionalmente

## Tramitação Descentralizada

Possibilidade de decisões contraditórias

Necessidade de centralizar a informação processual

## Tramitação Informatizada

Maior número de atos praticados

Massificação dos atos

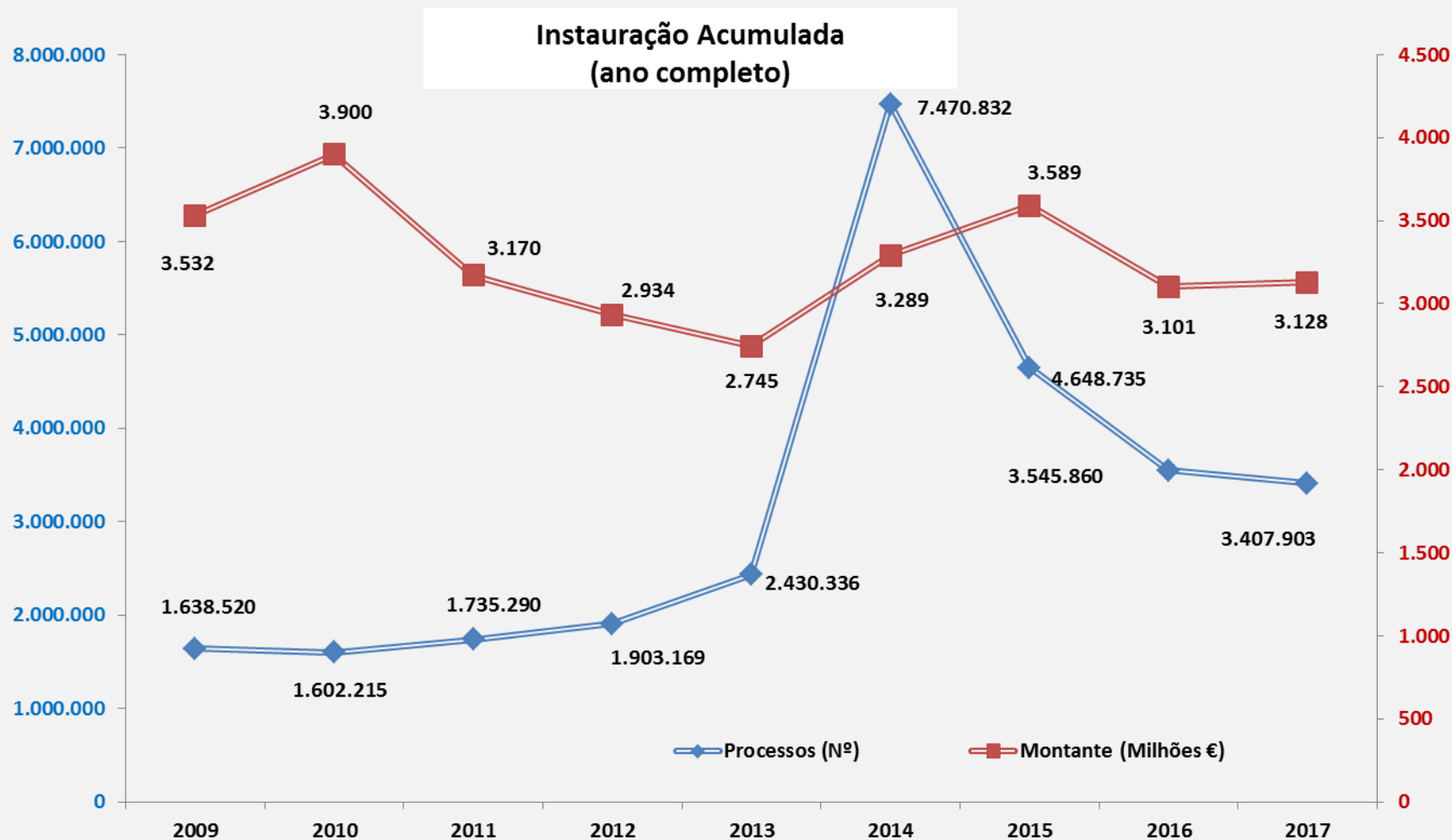
## Utilização por Entidades Externas à AT

Instauração e tramitação

Uso da informação para fundamentar atos



# ENQUADRAMENTO



# ENQUADRAMENTO

Informatizar...

Desmaterializar...

Automatizar...

# ENQUADRAMENTO

**Mudança do paradigma de gestão processual.**

Substituição dos procedimentos manuais morosos, erráticos e dispendiosos por soluções informáticas.

**Mudança do paradigma relacional com os contribuintes**

Substituição de um modelo de atendimento litigioso, demorado e dispendioso, por um modelo amigável e simples assente em ligações multicanal.

**Libertação de recursos humanos**

Maior ênfase no atendimento e apoio aos contribuintes e nas tarefas de valor acrescentado.

**Reengenharia  
de  
procedimentos  
internos e  
ajustamento  
estrutural.**

---

Melhorar o tempo de resposta às solicitações dos contribuintes.

---

Redução e qualificação das apreciações e das decisões.

---

Eliminação de erros da tramitação manual e Uniformização de procedimentos

---

---

## **Massificação de Atos**

Atos que podem não considerar circunstâncias particulares do caso concreto

---

## **Desmaterialização dos Atos**

Aumento do número de atos suscetíveis de contencioso judicial

---

Materialização dos atos desmaterializados

---

## **A proteção dos dados**

Controlo dos acessos à informação

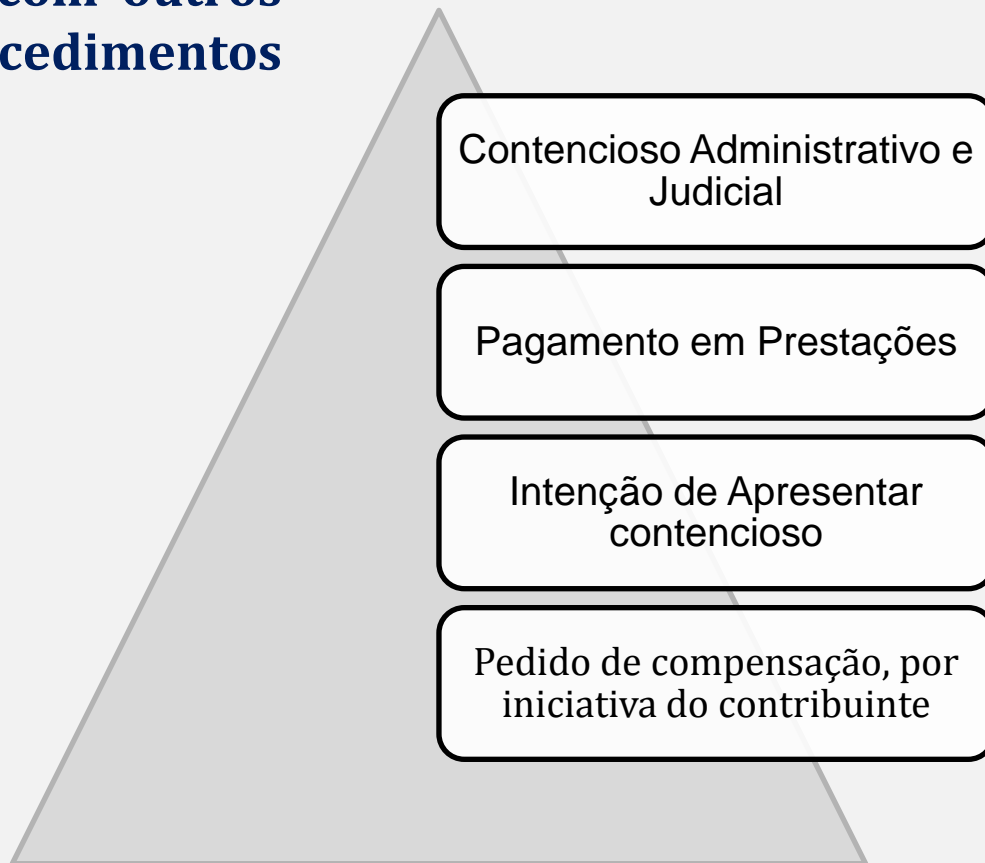
---

## **A Fiabilidade da informação**

Sistemas permanentes de monitorização da informação residente no sistema

---

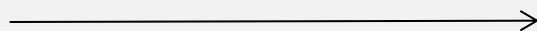
## Relação do PEF com outros Processos ou Procedimentos



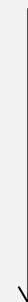
# COMPETÊNCIA

# COMPETÊNCIA

Lei n.º  
100/2017, de  
28 de Agosto



Alteração do artigo  
150.º CPPT



Direções de  
Finanças – Artigo  
6.º do Decreto-Lei  
n.º 433/99, de 26  
de outubro



Competência para a  
execução fiscal é do  
órgão periférico  
regional da área do  
domicílio ou sede do  
devedor



UGC

- Competência própria

Direção  
de  
Finanças

- Competência própria

Serviço  
de  
Finanças

- Competência Delegada

Subir um grau na decisão

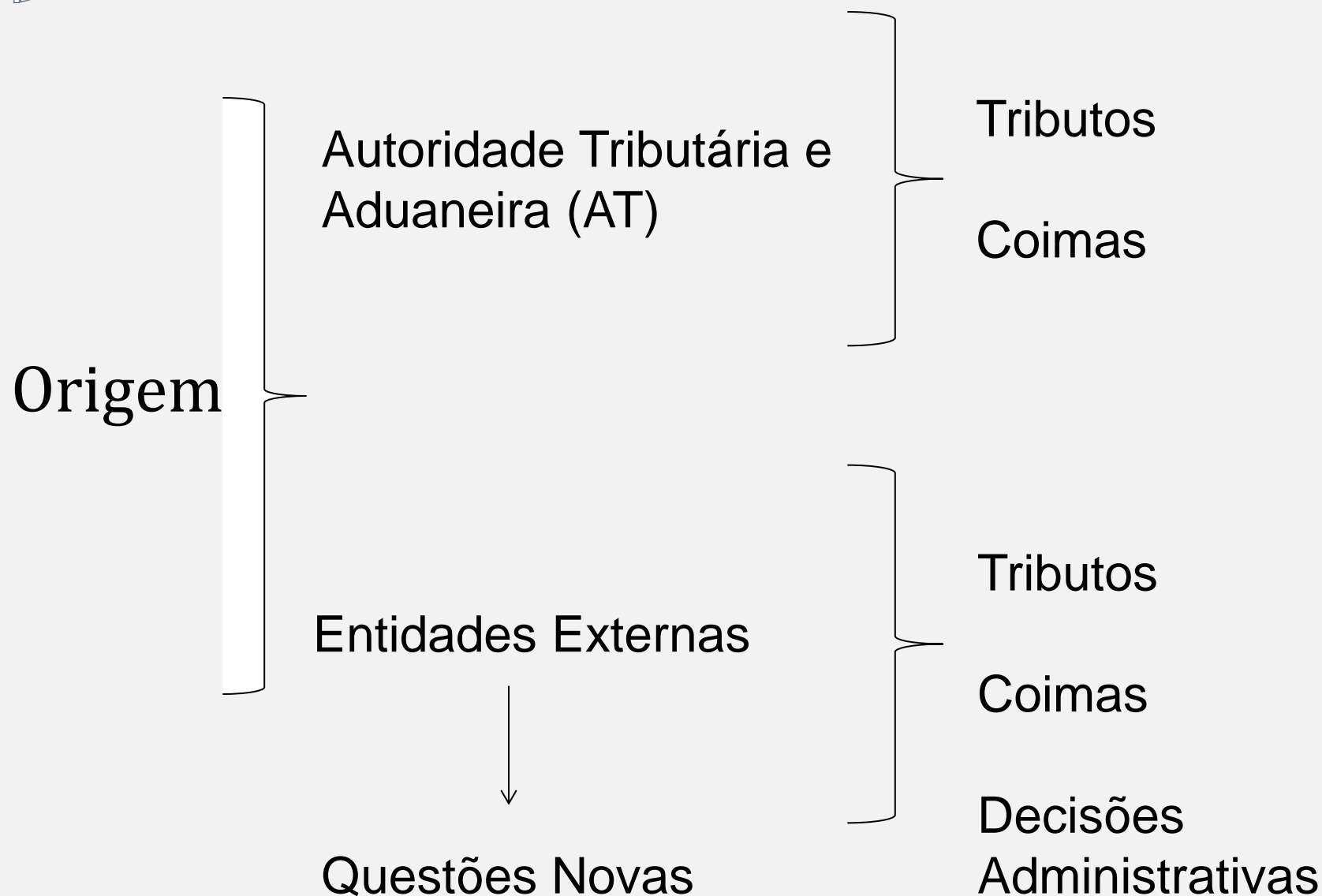
Facilitar a distribuição da competência para decidir pelos serviços do distrito

Permitir a operacionalização dos atos em qualquer serviço do distrito

Olhar para a Direção de Finanças e Serviços Locais como uma equipa só

# **A ORIGEM DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL NAS ENTIDADES EXTERNAS**

## A ORIGEM DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL NAS ENTIDADES EXTERNAS



- Todo o procedimento anterior à instauração do processo não é controlado pela AT;
- Legitimidade da intervenção dos RFP, nos processos associados à execução fiscal;
- Legitimidade do Ministério Público para intervir na reclamação de créditos, nos processos de execução comuns.

## FORMULÁRIO

### Aviso:

Esta funcionalidade tem por objetivo submeter pedidos de candidatura que, após aprovação, possibilita a gestão coerciva das dívidas desta entidade pela AT. Só após o deferimento deste formulário, será possível a submissão de certidões de dívida na funcionalidade 'RECOLHER CERTIDÃO DE DÍVIDA', que após validação pela AT conduzirá à instauração do processo executivo.

Número de Identificação Fiscal:

Denominação:

Telefone de contato:

Endereço de correio eletrónico:

Nome do interlocutor:

Tipo de dívida que pretende que a AT efetue a cobrança:

Disposição legal que prevê que a AT seja a entidade competente para efetuar a cobrança da dívida:

Rubrica orçamental:

A entidade é um serviço integrado do Estado?

☐ Sim ☒ Não

Tutela:

Deseja enviar uma certidão de dívida?

☐ Sim ☒ Não

### Nota:

O IBAN que consta no cadastro da AT será utilizado para efetuar a entrega dos valores cobrados. (Caso não conste qualquer IBAN em cadastro ou constando caso se pretenda a utilização de outro IBAN, deverá ser entregue a respectiva declaração de alterações)

CONTINUAR

### Dívida

Período da Dívida: de:  a:  (aaaa-mm)  
Valor Total:  (#.###.###,##)  
Tributo:  Por favor escolha uma opção ▼  
Documento de Origem:   
Data Limite Pagamento:  (aaaa-mm-dd)  
Data Início J. Mora:  (aaaa-mm-dd)  
Data Prevista Prescrição:  (aaaa-mm-dd)

### Linhas de Dívida

Tipo de Valor:  Por favor escolha uma opção ▼  
Valor Linha Dívida:  (#.###.###,##)

ADICIONAR

CANCELAR

## PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

### Certidão de Dívida

Entidade:

Número da Certidão:

1

Data de Emissão:

2017-01-01

NIF Devedor:

Valor Total da Certidão:

Valor por Recolher:

0,00 

### Dívidas

1 registo encontrado.

NÚMERO	PERÍODO DÍVIDA	VALOR	DOC. ORIGEM	
1	2016	12,00	12	

### Submissão de Título Executivo

Procurar...

CONSULTAR DOCUMENTO

FINALIZAR



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES**

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

Lei n.º 13/2016, de  
23.05

- **Artigo 244.º do CPPT**- proíbe a venda de imóvel destinado exclusivamente a habitação própria e permanente

Lei n.º 42/2016, de  
28.12

- **Artigo 52.º da LGT** – alteração das regras do ónus da prova na dispensa de garantia
- **Artigo 183.º-B** – Caducidade da garantia após decisão integralmente favorável em 1.ª instância em impugnação judicial ou de oposição

Lei n.º 100/2017,  
28.08

**Artigo 199.º do CPPT** – Dispensa de garantia nos pagamentos em prestações ao abrigo de plano de recuperação

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

Lei n.º 114/2017,  
de 29.12

- Artigo 198.º CPPT - dispensada a prestação de garantia para dívidas em execução fiscal de valor inferior a € 5000 para pessoas singulares, ou € 10 000 para pessoas coletivas
- Artigo 738.º, n.º 8 – Impenhorabilidade parcial dos rendimentos auferidos no âmbito de atividades profissionais independentes